

TERMO DE REFERÊNCIA

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PREGÃO Nº08/2022
(Processo Administrativo n.º23060.001140/2021-29)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais permanentes e consumo especializados para montagem de laboratórios de desenho e plástica do curso de Arquitetura e Urbanismo, do Campus Lagarto, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFI CAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR DE REFERÊN CIA	Valor Total
1	Régua paralela 80cm em acrílico e jogo de ferragens para instalação	43249	UN	60	R\$137,36	R\$8.241,60
2	Esquadro de madeira – 50cm	397331	UN	10	R\$15,40	R\$154,00
3	Transferidor de madeira para professor 180°, 40 cm	247441	UN	10	R\$37,61	R\$376,10
4	Mesa Digitalizadora 5080 LPI Média com conexões USB, HDMI, DVI e VGA	300011	UN	6	R\$657,03	R\$3.942,18
5	Cadeira escritório, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: tecido, material encosto: espuma poliuretano injetado, material assento: espuma poliuretano injetado, tipo base: giratória, tipo encosto: espaldar médio regulável, apoio braço: sem braços, cor: preta	387931	UN	302	R\$234,46	R\$70.806,92

6	<p>MESA DE DESENHO TÉCNICO COM RÉGUA PARALELA. Estrutura da mesa em aço tubular SAE 1010 ou 1020, com costura removida, seção mínima de 25 mm (1 pol) de diâmetro, com parede mínima de 1,2 mm (chapa 18) de espessura e com travessa em tubo retangular com dimensões mínimas de 40 x 20 mm com parede de 1,2 mm, sendo toda a estrutura com tratamentos antiferrugem: DECAPAGEM, FOSFATIZAÇÃO e PINTURA ELETROSTÁTICA. Todas as extremidades devem possuir tampas, herméticas, presas pela parede interna do tubo. Ferragens de fixação do tampo e regulagem de inclinação polidas e com acabamento em cromo duro brilhante; Niveladores de piso antiderrapantes, com ajustes milimétricos, nos quatro pés. Haste de inclinação em tubo de ferro trefilado diâmetro mínimo de 1/4", soldado em chapa com dimensões mínimas de 3/16" de espessura x 1 '' de largura e chapa de fixação de espessura mínima de 1,9 mm, com acabamento em CROMO DURO POLIDO. Altura da mesa mínima de 74 cm. Inclinação do tampo de até 45 graus, com acionamento por sistema de elevação e travamento através de manoplas. Bandeja interna para guarda de materiais. Tampo da mesa em aglomerado ou mdf</p>	150290	UN	85	R\$519,16	R\$44.128,60
---	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	----	----	-----------	--------------

	de 800 x 600 mm, com acabamento em BP. Fabricado em madeira prensada, com 18 mm de espessura mínima, com as duas faces revestidas em melanina branca e com as bordas revestidas com perfil de PVC 1,00 mm, coladas à quente pelo sistema HOT MEALT. Incluir Régua paralela comprimento mínimo de 80 cm em acrílico cristal na espessura mínima de 3,2 mm, com porta objetos e proteção para o cordoamento em toda extensão da régua. Roldanas em nylon resistentes ao desgaste. Incluindo conjunto de ferragens e cordoamento. Com trava que permite a fixação da régua em qualquer ponto do desenho. Em caso de móvel desmontado a empresa deve fornecer manual e vídeo de montagem. Modelo: TUB 17 + 6308					
7	Prancheta Desenho Técnico Acrílico Transparente A3	439975	UN	60	R\$77,36	R\$4.641,60
8	Prancheta portátil com régua paralela tamanho A3. Medidas externas 42 x 52 x 4,5 cm. Prancheta com tampo de inclinação regulável, equipado com régua paralela em acrílico, montada num estojo de madeira com compartimento para guardar papéis e acessórios para desenho	65102	UN	105	R\$245,49	R\$25.776,45
9	Kit para desenho - TÉCNICO/PROFISSIONAL. Pasta A-4 em curvim preto acompanham os seguintes materiais, devidamente	25976	UN	175	R\$747,81	R\$130.866,75

acomodados em divisórias e presilhas específicas:1 Pranchetinha A-4 EM MDF, 1 Par de esquadros em acrílico com 32cm, 1 gabarito de círculos , 1 gabarito sanitários, 1 escalímetro de 30cm nro 1, 1 régua de acrílico com 30cm, 1 compasso profissional articulado, 1 lapiseira 0,3mm, 1 lapiseira 0,5mm, 1 lapiseira 0,7mm, 1 lapiseira 0,9mm, 1 tb grafite 0,3mm HB, 1 tb. grafite 0,5mm HB, 1 tb. grafite 0,7mm HB, 1 tb. grafite 0,9mm HB, 1 caneta borracha 1 borracha plástica branca.					
Valor total da contratação					R\$288.934,20

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

1.1.1.1. O órgão gerenciador será o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Reitoria, UASG 158134

1.1.1.2. Órgãos Participante- Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - CAMPUS LAGARTO, UASG:158394

1.1.1.3. Órgãos Participante- Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Estância, UASG: 152426

1.1.1.4. Órgãos Participante- Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus São Cristóvão, UASG 158392

1.1.1.5. Órgãos Participante- Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Tobias Barreto, UASG 154679.

Órgão Participante: IFS/ CAMPUS LAGARTO UASG:158394					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Régua paralela 80cm em acrílico e jogo de ferragens para instalação	UN	50	50	50
2	Esquadro de madeira –	UN	3	5	5

	50cm				
3	Transferidor de madeira para professor 180°, 40 cm	UN	3	5	5
4	Mesa Digitalizadora 5080 LPI Média com conexões USB, HDMI, DVI e VGA	UN	1	2	2
5	Cadeira escritório, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: tecido, material encosto: espuma poliuretano injetado, material assento: espuma poliuretano injetado, tipo base: giratória, tipo encosto: espaldar médio regulável, apoio braço: sem braços, cor: preta	UN	100	110	110
6	MESA DE DESENHO TÉCNICO COM RÉGUA PARALELA. Estrutura da mesa em aço tubular SAE 1010 ou 1020, com costura removida, seção mínima de 25 mm (1 pol) de diâmetro, com parede mínima de 1,2 mm (chapa 18) de espessura e com travessa em tubo retangular com dimensões mínimas de 40 x 20 mm com parede de 1,2 mm, sendo toda a estrutura com tratamentos antiferrugem: DECAPAGEM, FOSFATIZAÇÃO e PINTURA ELETROSTÁTICA. Todas as extremidades devem possuir tampas, herméticas, presas pela parede interna do tubo. Ferragens de fixação do tampo e regulagem de inclinação polidas e com acabamento em cromo duro brilhante; Niveladores de piso antiderrapantes, com ajustes	UN	50	50	50

<p>milimétricos, nos quatro pés. Haste de inclinação em tubo de ferro trefilado diâmetro mínimo de 1/4", soldado em chapa com dimensões mínimas de 3/16" de espessura x 1 '' de largura e chapa de fixação de espessura mínima de 1,9 mm, com acabamento em CROMO DURO POLIDO. Altura da mesa mínima de 74 cm. Inclinação do tampo de até 45 graus, com acionamento por sistema de elevação e travamento através de manoplas. Bandeja interna para guarda de materiais. Tampo da mesa em aglomerado ou mdf de 800 x 600 mm, com acabamento em BP. Fabricado em madeira prensada, com 18 mm de espessura mínima, com as duas faces revestidas em melanina branca e com as bordas revestidas com perfil de PVC 1,00 mm, coladas à quente pelo sistema HOT MEALT. Incluir Régua paralela comprimento mínimo de 80 cm em acrílico cristal na espessura mínima de 3,2 mm, com porta objetos e proteção para o cordoamento em toda extensão da régua. Roldanas em nylon resistentes ao desgaste. Incluindo conjunto de ferragens e cordoamento. Com trava que permite a fixação da régua em qualquer ponto do desenho. Em caso de móvel desmontado a empresa deve fornecer manual e vídeo de montagem. Modelo: TUB 17 + 6308</p>				
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

7	Prancheta Técnico Desenho Acrílico Transparente A3	UN	25	30	30
8	Prancheta portátil com régua paralela tamanho A3. Medidas externas 42 x 52 x 4,5 cm. Prancheta com tampo de inclinação regulável, equipado com régua paralela em acrílico, montada num estojo de madeira com compartimento para guardar papéis e acessórios para desenho	UN	70	75	75
9	Kit para desenho - TÉCNICO/PROFISSIONAL. Pasta A-4 em curvim preto acompanham os seguintes materiais, devidamente acomodados em divisórias e presilhas específicas: 1 Pranchetinha A-4 EM MDF, 1 Par de esquadros em acrílico com 32cm, 1 gabarito de círculos , 1 gabarito sanitários, 1 escalímetro de 30cm nro 1, 1 régua de acrílico com 30cm, 1 compasso profissional articulado, 1 lapiseira 0,3mm, 1 lapiseira 0,5mm, 1 lapiseira 0,7mm, 1 lapiseira 0,9mm, 1 tb grafite 0,3mm HB, 1 tb. grafite 0,5mm HB, 1 tb. grafite 0,7mm HB, 1 tb. grafite 0,9mm HB, 1 caneta borracha 1 borracha plástica branca.	UN	70	75	75

Órgão Participante: IFS/ CAMPUS ESTÂNCIA UASG: 152426

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
-------------	----------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------

1	Régua paralela 80cm em acrílico e jogo de ferragens para instalação	UN	10	10	10
2	Esquadro de madeira – 50cm	UN	4	5	5
3	Transferidor de madeira para professor 180°, 40 cm	UN	4	5	5
4	Mesa Digitalizadora 5080 LPI Média com conexões USB, HDMI, DVI e VGA	UN	2	4	4
5	Cadeira escritório, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: tecido, material encosto: espuma poliuretano injetado, material assento: espuma poliuretano injetado, tipo base: giratória, tipo encosto: espaldar médio regulável, apoio braço: sem braços, cor: preta	UN	25	30	30
6	MESA DE DESENHO TÉCNICO COM RÉGUA PARALELA. Estrutura da mesa em aço tubular SAE 1010 ou 1020, com costura removida, seção mínima de 25 mm (1 pol) de diâmetro, com parede mínima de 1,2 mm (chapa 18) de espessura e com travessa em tubo retangular com dimensões mínimas de 40 x 20 mm com parede de 1,2 mm, sendo toda a estrutura com tratamentos antiferrugem: DECAPAGEM, FOSFATIZAÇÃO e PINTURA ELETROSTÁTICA. Todas as extremidades devem possuir tampas, herméticas, presas pela parede interna do tubo. Ferragens de fixação do tampo e regulagem de inclinação	UN	30	35	35

<p> polidas e com acabamento em cromo duro brilhante; Niveladores de piso antiderrapantes, com ajustes milimétricos, nos quatro pés. Haste de inclinação em tubo de ferro trefilado diâmetro mínimo de 1/4", soldado em chapa com dimensões mínimas de 3/16" de espessura x 1 '' de largura e chapa de fixação de espessura mínima de 1,9 mm, com acabamento em CROMO DURO POLIDO. Altura da mesa mínima de 74 cm. Inclinação do tampo de até 45 graus, com acionamento por sistema de elevação e travamento através de manoplas. Bandeja interna para guarda de materiais. Tampo da mesa em aglomerado ou mdf de 800 x 600 mm, com acabamento em BP. Fabricado em madeira prensada, com 18 mm de espessura mínima, com as duas faces revestidas em melanina branca e com as bordas revestidas com perfil de PVC 1,00 mm, coladas à quente pelo sistema HOT MEALT. Incluir Régua paralela comprimento mínimo de 80 cm em acrílico cristal na espessura mínima de 3,2 mm, com porta objetos e proteção para o cordoamento em toda extensão da régua. Roldanas em nylon resistentes ao desgaste. Incluindo conjunto de ferragens e cordoamento. Com trava que permite a fixação da régua em qualquer ponto do desenho. Em caso de móvel desmontado a empresa deve </p>				
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

	fornecer manual e vídeo de montagem. Modelo: TUB 17 + 6308				
7	Prancheta Desenho Técnico Acrílico Transparente A3	UN	20	30	30
8	Prancheta portátil com régua paralela tamanho A3. Medidas externas 42 x 52 x 4,5 cm. Prancheta com tampo de inclinação regulável, equipado com régua paralela em acrílico, montada num estojo de madeira com compartimento para guardar papéis e acessórios para desenho	UN	20	30	30
9	Kit para desenho - TÉCNICO/PROFISSIONAL. Pasta A-4 em curvim preto acompanham os seguintes materiais, devidamente acomodados em divisórias e presilhas específicas: 1 Pranchetinha A-4 EM MDF, 1 Par de esquadros em acrílico com 32cm, 1 gabarito de círculos , 1 gabarito sanitários, 1 escalímetro de 30cm nro 1, 1 régua de acrílico com 30cm, 1 compasso profissional articulado, 1 lapiseira 0,3mm, 1 lapiseira 0,5mm, 1 lapiseira 0,7mm, 1 lapiseira 0,9mm, 1 tb grafite 0,3mm HB, 1 tb. grafite 0,5mm HB, 1 tb. grafite 0,7mm HB, 1 tb. grafite 0,9mm HB, 1 caneta borracha 1 borracha plástica branca.	UN	10	100	100

Órgão Gerenciador: IFS/ CAMPUS TOBIAS BARRETO UASG: 154681

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
5	Cadeira escritório, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: tecido, material encosto: espuma poliuretano injetado, material assento: espuma poliuretano injetado, tipo base: giratória, tipo encosto: espaldar médio regulável, apoio braço: sem braços, cor: preta	UN	30	160	160

Órgão Gerenciador: IFS/ CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO UASG: 158392

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
5	Cadeira escritório, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: tecido, material encosto: espuma poliuretano injetado, material assento: espuma poliuretano injetado, tipo base: giratória, tipo encosto: espaldar médio regulável, apoio braço: sem braços, cor: preta	UN	1	2	2

1.2. SUPRESSÃO

1.3. SUPRESSÃO

1.4. SUPRESSÃO

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses. contados da assinatura do termo contratual, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

1.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objeto a ser contratado é de natureza comum conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520, de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço especificado na tabela abaixo, nos horários das 8:00h às 12:00 e no turno vespertino das 13:00 às 17:00 de segunda-feira a sexta-feira.

UASG	UG	ENDEREÇO	SETOR	TELEFONE
158394	IFS - Campus Lagarto	Rua Cauby, 523, Bairro Jardim Campo Novo, CEP 49400-000, na cidade de Lagarto/SE. - Brasil	COALP - Coorden adoria de Almoxari fado e Patrimôn io	(79) 3321- 1530
152426	IFS – Campus Estância	Rua Café Filho, 260, Cidade Nova, CEP: 49200-000, Estância/SE	COALP Coorden adoria de Almoxari fado e Patrimôn io	(79) 3711- 3615
154681	IFS – Campus Tobias Barreto	Rodovia Gov. Antônio Carlos Valadares, s/n. Conjunto Irmã Dulce, CEP: 49030000, Tobias Barreto/SE	COALP Coorden adoria de Almoxari fado e Patrimôn io	(79) 3711- 3402
158392	IFS – CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	Rodovia BR 101, Km 96, s/n, Povoado Quissamã, CEP: 49100-000	COAL - Almoxa rifado	(79) 3711- 3059

5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante;

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7. Em caso de divergências entre a especificação dos itens presentes na documentação e a especificação presente nos respectivos CATMAT's, utilizar a especificação do item presente no edital

5.8. O prazo de garantia dos equipamentos ofertados deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo dos materiais pelo Contratante, quando outra não for explicitada na descrição do objeto, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior que o estipulado neste Termo de Referência. Assim, os materiais fornecidos deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos de fabricação, incluindo substituição do produto, devendo a empresa fornecedora substituí-los, por sua conta e no prazo de 10 (dez) dias úteis, os que forem considerados inadequados às especificações, ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular e adequado.

5.9. Todos os itens deverão ser novos e de primeiro uso.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. **Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.**

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das

falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. SUPRESSÃO

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a

diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

14.1.1. *Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;*

14.1.2. *Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.*

14.1.3. *Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.*

15. SUPRESSÃO

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. multa moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (trinta) dias;

16.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- 16.2.4.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.2.6.** impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 16.2.6.1.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
- 16.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3.** As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.4.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.4.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.4.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual

instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. *O custo estimado da contratação é de **R\$288.934,20** (duzentos e oitenta e oito mil novecentos e trinta e quatro reais e vinte centavos).*

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. Pregão SRP.

Município de Lagarto, 17 de Junho de 2021

Luciano Silva Vasconcelos

Integrante Requisitante